

na atividade de “Engenharia Civil”, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 189 de 29 de setembro de 2017, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o concorrente David João Louro André, com inicio a 14 de janeiro de 2019, na Posição 2/Nível 15, à qual corresponde a remuneração mensal líquida de 1201,48 €, com o período experimental de 180 dias.

16 de janeiro de 2019. — A Vice-Presidente da Câmara, *Rute Miriam Soares dos Santos*.

311998575

MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso (extrato) n.º 2498/2019

Torna-se público o meu despacho de 18/01/2019, o qual determina a conclusão com sucesso do período experimental do Assistente Operacional, Manuel João Silva Mocho relativo ao procedimento concursal ref.º 02/17, nos termos dos artigos 45.º e seguintes da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

25 de janeiro de 2019. — O Vereador, *João Pintassilgo*.

312015323

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 2499/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, por meu despacho datado de 16/01/2019, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional — área de atividade — canalizador, aberto por aviso n.º 9478/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 134, de 13 de julho.

A lista unitária de ordenação final encontra-se afixada no Placar do Serviço de Recursos Humanos desta autarquia e disponível para consulta na página eletrónica da Câmara Municipal de Bragança www.cm-braganca.pt.

28 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Hernâni Dinis Vénâncio Dias, Dr.*

312017179

MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA

Edital n.º 264/2019

Fernando Manuel Tinta Ferreira, Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, torna público que a Assembleia Municipal das Caldas da Rainha na sua sessão ordinária realizada a 18 de dezembro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal n.º 1712/2018 de 12 de novembro de 2018, em conformidade com o preceituado no n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro (que estabelece o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios), e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, foi aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios das Caldas da Rainha, para o período de 2018 a 2027.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios das Caldas da Rainha é composto pelo Caderno I — Diagnóstico e Caderno II — Plano de ação, que constituem as componentes não reservadas, e pelo Plano Operacional Municipal (POM), que constitui a componente reservada, pelo que, nos termos do n.º 12 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios serão publicadas as componentes não reservadas, nomeadamente as peças escritas e as peças cartográficas.

Para os devidos e legais efeitos emite-se e publica-se o presente Edital, que vai assinado e chancelado, e que é objeto de publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e outro de idêntico teor — Edital n.º 12/2019 — que publicita na íntegra o conteúdo não reservado do PMDFCI das Caldas da Rainha, para o período de 2018 a 2027, e que será afixado no átrio da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, nas

sedes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, na página eletrónica oficial do Município e será enviado ao ICNF, I. P., para inserção no sítio da internet daquele Instituto.

22 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Fernando Manuel Tinta Ferreira*.

312005336

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA

Aviso n.º 2500/2019

Abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da deliberação tomada, por unanimidade, em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 11/01/2019, se encontram abertos, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, procedimentos concursais comuns para preenchimento dos seguintes postos de trabalho do mapa de pessoal do Município de Castanheira de Pera, na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Referência A — Um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, para exercício de funções de apoio administrativo e arquivo na Divisão de Administração Autárquica, no âmbito do planeamento e ordenamento do território, da gestão urbanística, da urbanização e edificação e dos sistemas de informação geográfica;

Referência B — Um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, para exercício de funções de serviços gerais na Divisão de Administração Autárquica, no âmbito do Setor de Ambiente e Salubridade.

2 — Procedimentos prévios:

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento neste Município, para satisfação das presentes necessidades de recrutamento.

No âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, foi consultada a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria — CIMRL, a qual declarou que ainda não tem qualquer Comissão criada.

De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada por S. Ex.º o Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, “As autarquias locais, não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

3 — Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (LOE 2019); Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho e Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

4 — Local de trabalho — Área do Município de Castanheira de Pera.

5 — Conteúdo Funcional:

Referência A — Desempenho de funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, correspondente ao grau 2 de complexidade funcional, caracterizando-se, designadamente, pelo exercício de funções de apoio administrativo e arquivo, tendo em conta o constante da Organização dos Serviços do Município publicada no *Diário da República* n.º 7, de 10 de janeiro de 2013 — Despacho n.º 672/2013 e conforme atribuições definidas para o Município pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Referência B — Desempenho de funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, correspondente ao grau 1 de complexidade funcional, caracterizando-se, designadamente, pelo exercício de funções de serviços gerais (funções de limpeza e manutenção